

Cabral quer início do parlamentarismo em 88

A adoção do sistema parlamentarista seis meses após a promulgação da nova Constituição — ainda no governo Sarney, portanto — constará do substitutivo a ser divulgado amanhã pelo relator da Comissão de Sistematização da Constituição, deputado Bernardo Cabral. O relator manterá a posição já adotada pela Comissão, prevendo um mandato de cinco anos para o presidente Sarney.

Essas informações foram prestadas aos jornalistas pelo próprio deputado Bernardo Cabral, após encontro de três horas e meia que manteve com o Presidente da Constituição, Ulysses Guimarães, e com os líderes partidários na Assembleia. Durante os debates, um dos temas mais insistentemente abordados pelos parlamentares presentes foi a questão do sistema de Governo.

Dúvidas

Algumas respostas imprecisas dadas por Cabral a respeito dessa questão provocaram dúvidas entre os constituintes quanto ao seu real pensamento. Já no final da reunião, o líder do Partido Comunista Brasileiro, Roberto Freire, pediu que o relator fosse mais claro e mesmo assim Bernardo Cabral evitou uma resposta direta. Cercado pelos repórteres, depois, ele disse que pretendia incorporar ao substitutivo a fórmula proposta pelo presidente da Comissão, senador Afonso Arinos, pela qual o sistema parlamentarista de Governo será implantado seis meses depois de promulgada a nova Carta, sendo o primeiro-ministro indicado pelas «correntes partidárias majoritárias».

«Será uma espécie de treino para a implantação definitiva, em 1990, quando o novo Presidente já será eleito sob esse sistema» — afirmou Bernardo Cabral, explicando que essa emenda constará das «disposições transitórias».

O líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, minutos antes das declarações de Bernardo Cabral, havia recomendado «maior meditação» dos Constituintes a respeito do tipo de parlamentarismo a ser adotado, advertindo para o risco de uma «grande crise institucional» imediatamente após a eleição do próximo presidente da República, em 1990.

Dois turnos

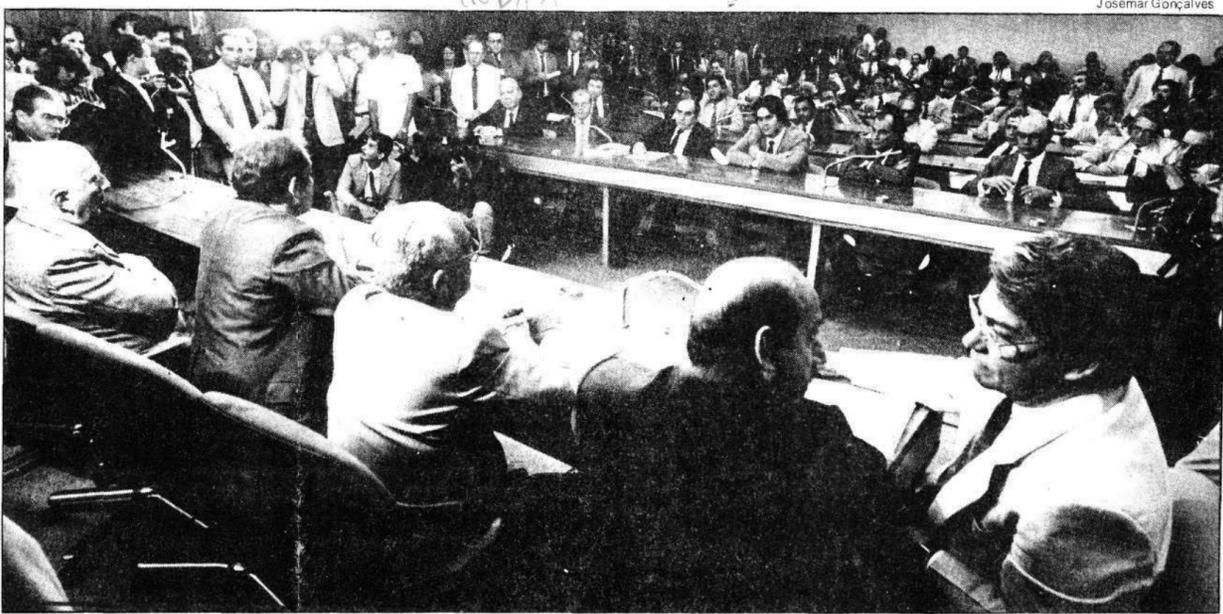
Lembrando que o pleito presidencial será realizado em dois turnos e que em 1990 o País terá cerca de 70 milhões de eleitores, previu Sant'Anna que a Presidente poderá ser eleito por mais de 40 milhões de brasileiros. «Conferindo-lhe uma legitimidade enorme», enquanto o primeiro-ministro pode ser escolhido entre parlamentares com votação que talvez não ultrapasse os 60 mil votos.

«O Presidente eleito com essa força vai, assim que for eleito, tentar pôr fim a esse parlamentarismo através de emenda ou de plebiscito».

O líder do PMDB no Senado, Mário Covas, após elogios ao espírito democrático que atribuiu ao trabalho do relator, pediu esclarecimentos para saber se havia algum dispositivo estabelecendo com precisão o início do sistema parlamentarista. Bernardo Cabral não respondeu diretamente como trataria essa questão, mas recorreu a existência da proposta que preconiza o Parlamentarismo, seis meses depois da vigência da nova Carta.

Covas também indagou a respeito da posição de Cabral quanto a duração do mandato do atual Presidente da República, quanto a ouvindo a resposta do relator de que ratificará o prazo já votado na Comissão de Sistematização — 15 de março de 1990.

O vice-líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, pediu a inclusão, no substitutivo, de um dispositivo deixando claro que o futuro Presidente da República deve ser alguém detentor de mandato eletivo — «de preferência um congressista», para evitar um conflito de legitimidade entre o Presidente (via direta) e o premiê.



O esboço apresentado por Cabral não agradou a esquerda e a direita. A reunião serviu para colher sugestões dos líderes

Proposta do substitutivo não passa no teste das lideranças

A esquerda e a direita não gostaram do que ouviram ontem do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), a respeito do substitutivo ao projeto de Constituição que ele concluiu amanhã. Cabral fez uma exposição do seu substitutivo, «um esboço», como ele classificou, em uma reunião com líderes de todos os partidos.

A reunião foi presidida pelo deputado Ulysses Guimarães e durou três horas e meia. Após a exposição de Cabral, vários parlamentares levantaram questão de ordem para esclarecer alguns pontos confusos como a adoção do

parlamentarismo, com ou sem Sarney; o papel das Forças Armadas e aposentadoria, entre outras. O senador Virgílio Távora (PDS-CE) e o deputado Antônio Brito (PMDB-RS) falaram sobre a reforma agrária e da concessão de emissoras de rádio e televisão.

Bernardo Cabral lembrou às lideranças partidárias que estava ali apenas apresentando um esboço do seu substitutivo, «que ainda não está acabado». Ressaltou que a reunião destinava-se a colher as sugestões dos líderes a respeito dos temas polêmicos, onde não foi possível o consenso, como a reforma agrária, a anistia, o conceito de

empresa nacional etc., para só então concluir o seu trabalho, o que deverá acontecer até amanhã.

O líder do Partido Comunista do Brasil (PC do B), deputado Haroldo Lima (BA), foi o mais contundente de todos os líderes partidários na reunião. Em tom exaltado, reclamou que nenhum partido de esquerda foi convidado a participar do seletivo grupo de parlamentares que trabalhou com os relatores adjuntos, no 24º andar do Banco do Brasil, na elaboração do esboço do substitutivo do projeto de Constituição, que Bernardo Cabral entregará até a meia-noite de amanhã.

Falta unidade aos pequenos sobre sistema

Dois pequenos partidos, ambos de esquerda — o PDT e o PT, que totalizam 42 constituintes — são declaradamente contrários à adoção do sistema parlamentarista de Governo. Em compensação, apenas duas agremiações — o PCB e o PC do B — defendem, programaticamente, com seus oito constituintes, a introdução do parlamentarismo no Brasil.

A posição do PT, no caso, é definida pelo vice-líder do partido na Constituição, deputado José Genóio (SP), por ser politicamente a mais democrática. «No presidencialismo» — explica ele — «as forças políticas populares podem eleger um Presidente. No parlamentarismo, dificilmente essas forças conseguirão a maioria parlamentar».

Em outro pequeno partido, o PDS, há grande divisão em torno do sistema de Governo. O presidente da agremiação e líder pedesista no Senado, senador Jarbas Passarinho (PA), declara-se parlamentarista. «Mas diz ele — «precisamente porque o sou, defendo, hoje, o presidencialismo, pois não concordo com a mudança de sistema de Governo por motivos puramente circunstanciais». Partidário convicto do parlamentarismo é o deputado José Bonifácio (PDS-MG), para quem grande parte dos males políticos do País provém do presidencialismo.

O vice-líder do PTB na Câmara, deputado Roberto Jefferson, do Rio, informa que seu partido, com 19 constituintes, está dividido meio a meio entre presidencialistas e parlamentaristas. Favorável ao parlamentarismo também é a pequena bancada do PDC, conforme revela o líder do partido na Câmara, deputado Siqueira Campos (GO). Os três constituintes do partido, no entanto, querem o parlamentarismo puro, com voto distrital e Presidente da República eleito por cinco anos.

Resistência

Apesar da resistência do Palácio do Planalto e da maioria do PFL, juntamente com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, a proposta parlamentarista parece contar com maioria absoluta na Constituição. O fato, no entanto, de pretenderem alguns partidários do parlamentarismo introduzir o processo distrital de votação poderá modificar a posição de muitos defensores de tal sistema.

Opinião contrária à introdução do parlamentarismo com eleição direta do Presidente da República é a do líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). No entender do líder, é inadmissível a coexistência de um Presidente eleito pelo voto direto, possivelmente com 40 milhões de votos, subordinado ao Parlamento.

Candidatos

Do ponto de vista político, as posições do PDT e do PT, partidos mais engajados na defesa da manutenção do presidencialismo, também parecem justificar-se pelo fato de que ambas as agremiações têm, hoje, candidatos fortes à sucessão do presidente Sarney, (Brizola, do PDT e Lula do PT). Essa é a opinião de numerosos constituintes, entre os quais o líder do PDC. Os pequenos partidos, em geral, sob esse aspecto, também são considerados defensores do parlamentarismo, em parte, dadas as perspectivas que podem ter, numa eventual composição para formar o ministério.

Por fim, além da ressalva de quase todo o PFL, mesmo entre os parlamentaristas do partido, como o senador Marcondes Gadelha (PB), contra a eleição presidencial direta, sob o parlamentarismo, as bancadas dos maiores estados do País (São Paulo, Minas e Rio de Janeiro) estão mais unidas em torno do aumento do número de seus representantes no Congresso, nas próximas eleições, do que quanto ao futuro sistema de Governo. São Paulo deverá ter 80 deputados, Minas 70 e Rio mais de 60. Juntos, os três estados, venha ou não o parlamentarismo (se vier, tanto melhor), dominarão o Congresso e o futuro Governo.

Comportamento dúbio

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, mudou de comportamento por duas vezes durante o dia de ontem com relação ao sistema de Governo proposto pelo seu substitutivo que amanhã será apresentado à Assembleia Nacional Constituinte.

Apesar de ter afirmado, após a reunião com as lideranças partidárias, que é favorável à implantação do sistema parlamentarista seis meses após a promulgação ao longo do en-

contro. Mas essa não foi a primeira vez que o relator amazense mudou subitamente de postura com relação ao tema. Na manhã de ontem, antes da apresentação de seu texto aos líderes — que se deu durante a tarde — Bernardo Cabral afirmou que era favorável à implantação do parlamentarismo apenas no final do mandato do presidente Sarney. Em favor da tese, argumentavam que o mandato de seis anos «é um direito instituído» pela atual Constituição.

Sarney vai promover reunião

O presidente José Sarney manterá reunião neste final de semana com os presidentes do PMDB e PFL, Ulysses Guimarães e Marco Maciel, para discussão do novo substitutivo da Constituição e análise da situação da Aliança Democrática. Sarney poderá encontrar, também, o relator da Constituição, deputado Bernardo Cabral, segundo admitiu o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil.

Ao desembarcar na Base Aérea de Brasília, procedente do México, a primeira pergunta do presidente Sarney a Costa Couto foi em relação ao andamento da Constituição. Ontem mesmo ele retomou as

articulações junto às lideranças da Aliança Democrática e até teve um rápido encontro com o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna.

Costa Couto disse que o Governo continua confiante em ver aprovado na Constituição o mandato de cinco anos e o sistema presidencialista mitigado, como vem propondo o presidente José Sarney, e que seria «hipocrisia» negar que há negociações na defesa dos interesses do Palácio do Planalto. «O Governo é parte interessada nisso e existe um entrosamento dos governos estaduais com o federal e é óbvio que há interesses econômicos e financeiros dos estados relacionados com a Constituição», disse.

Emissário adverte Presidente

Um emissário do grupo parlamentarista na Constituição procurou ontem o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, advertindo-o de que, caso insista na aprovação do presidencialismo, o presidente Sarney poderá ter uma «vitória de Pirro», pois nessa hipótese seria praticamente certa a redução do seu mandato para quatro anos.

Os parlamentaristas estão empenhados em convencer os assessores diretos e conselheiros políticos do Presidente de que aceitar a mudança no sistema de governo é sua melhor opção. Ela lhe proporcionaria a possibilidade de ver consagrado, por consenso entre as forças políticas majoritárias na Constituição, um mandato de no mínimo cinco anos.

A cúpula do PMDB, a exceção do senador Mário Covas, já estaria de acordo com a fórmula «cinco anos com parlamentarismo a partir de 1988», que teria sido sacramentada em reunião na residência de Ulysses Guimarães, segunda-feira passada, da qual participaram Bernardo Cabral e Afonso Arinos.

Quércia nega acordo prévio

São Paulo — Ao negar a existência de qualquer acordo com o presidente José Sarney, o governador Orestes Quércia reafirmou ontem a sua decisão de lutar pela aprovação do presidencialismo na Constituição, seja conversando com os deputados ou mesmo nos próximos encontros de governadores.

«Se eu puder convencer os constituintes vou fazê-lo e isso não significa dizer que irei pressioná-los. Vamos conversar, pois eu sou pelo presidencialismo», afirmou procurando desvincular a sua opção a vontade de Sarney. Para

Quércia, o País não tem partidos fortes e nem estrutura adequada para a implantação do parlamentarismo.

Além de conversar com os deputados, o governador paulista não descartou a hipótese de o regime de Governo a ser implantado pela futura Constituição vir a ser exaustivamente discutido próximos encontros de governadores.

«A verdade é que não existe nada articulado e nem definido nesse sentido, mas o assunto poderá fazer parte da pauta da reunião dos governadores». Disse Quércia.

Temas polêmicos confundem o líder

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, afirmou que a indefinição do relator Bernardo Cabral, em relação aos pontos polêmicos dificultou a discussão do substitutivo com todas as lideranças partidárias. Favorável ao parlamentarismo misto, o líder confessa que também ficou confuso em relação à data em que entraria em vigor o sistema puro, proposto pelo presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Entende que o relator preferiu «a indefinição» para tentar encontrar novas propostas com as outras lideranças.

Sant'Anna adverte para o perigo da aprovação do sistema puro a partir da próxima eleição presidencial. Na sua opinião, o fato do próximo presidente ser eleito com mais de 40 milhões de votos, impede que o chefe de Governo seja um deputado eleito em 1986?», questionou.

Em relação à reforma agrária, o líder acha que o tratamento dado por Cabral, permitindo a apresentação de duas sugestões, dificultou o entendimento por parte das lideranças. «Eu queria saber a opinião dele a partir daí discutir», declarou.

Sant'Anna afirma que hoje o relator já terá que adotar uma nova postura e começar a definir por conta própria as questões mais importantes.

Esquerda reage e anuncia ofensiva

Os partidos de esquerda começaram ontem mesmo anunciada ofensiva contra o substitutivo do deputado Bernardo Cabral, elaborado em reuniões entre relatores adjuntos e a cúpula do PMDB, no 24º andar do edifício sede do Banco do Brasil. «Estou tomando conhecimento desse consenso agora», afirmava o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, toda vez que o relator anunciava a nova redação de artigos que tratam de assuntos polêmicos como sistema de governo, papel das Forças Armadas, reforma agrária e estabilidade no emprego. O PDT, PCB, PC do B, PT e membros do Movimento Unidade Progressista do PMDB (MUP), rebateram o resultado obtido nas reuniões afirmando «que o texto da Constituição de 1967 — e até as emendas de 1969 — é mais avançado».

O vice-líder do PT, deputado José Genóio, aproveitou a sessão de discussão para anunciar que o bloco de esquerda está formado e fará tudo para derrubar as teses retrogradadas no plenário. A esquerda também não quer que o estado de emergência continue na futura Constituição podendo ser decretado a qualquer momento pelo Presidente da República.

O deputado Haroldo Lima, Líder do PC do B, pediu informações a Cabral sobre como funcionaria a futura organização partidária e eleitoral. Ao tomar conhecimento que o voto distrital era mantido, Lima afirmou que o relator «não estava respeitando as emendas que foram apresentadas».



Covas: esclarecimentos



Cabral: impreciso

Principais pontos do projeto

● **Estabilidade e jornada de trabalho:** A estabilidade no emprego e a jornada de trabalho de 40 horas semanais cairam no substitutivo de Bernardo Cabral. O relator entendeu que o texto da Constituição deve ter apenas a garantia permanente no emprego, vedada apenas a demissão imotiva, por justa causa, e arbitrária. A jornada de trabalho ficou de ser definida pela lei ordinária, onde deverá prevalecer a negociação livre a respeito da questão entre empregados e empregadores.

● **Aposentadoria:** A principal inovação apresentada ontem pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, diz respeito a isonomia na questão do tempo de serviço para a aposentadoria. No esboço do substitutivo ficou estabelecido que todos os trabalhadores, inclusive mulheres e magistrados, precisariam de 35 anos de trabalho para ter direito à aposentadoria. Cabral, no entanto, deverá mudar o dispositivo acolhendo a proposta da deputada Sandra Cavalcante de manter os 30 anos de serviço para a mulher.

● **Organização Eleitoral e Partidária —** O texto do Projeto de Constituição praticamente não foi alterado. A principal mudança diz respeito ao reestabelecimento da idade mínima de 18 anos para o eleitor. A liberdade de organização partidária é mantida, mas os partidos só poderão ser reconhecidos nacionalmente e ter representação no Congresso Nacional se tiverem filiados representando 0,5 por cento dos eleitores brasileiros.

● **Organização Sindical —** É assegurada liberdade de associação e organização social. Em uma mesma categoria é permitida a formação de diversos sindicatos, mas apenas um será reconhecido legalmente. Assim, junto ao Ministério do Trabalho a organização sindical é unicista e junto aos trabalhadores é pluralista.

● **Reforma Agrária —** Nenhuma decisão definitiva foi tomada em relação ao tema. Foram apresentadas duas propostas: a primeira defendida pelo senador Virgílio Távora, que prevê a desapropriação de todas as terras que não estiverem cumprindo a finalidade social. O desapropriado poderá recorrer à Justiça e o pagamento será feito em Títulos da Dívida

Pública, correspondentes ao valor real do imóvel. A segunda, apresentada pelo senador Fernando Henrique Cardoso, estabelece a imissão de posse imediata, cabendo recurso judicial até 90 dias antes. As duas, no entanto, deixam para legislação ordinária o estabelecimento da área mínima das terras não desapropriáveis.

● **Sesc, Sesi, Senac e Senai —** A proposta apresentada ontem mantém as entidades. Só que os recursos financeiros recolhidos — 1,8 por cento do salário de cada trabalhador brasileiro — serão administrados por uma comissão tripartite, reunindo trabalhadores, patrões e Governo. Assim, deixou de ser acolhida a emenda popular mais assinada — um milhão 117 mil eleitores — que prevê a administração desses serviços pelas entidades patronais.

● **Comunicação: —** As concessões e renovações das emissoras de rádio e televisão só serão realizadas após a apreciação do Congresso Nacional, que constituirá um Conselho de Comunicação com a participação do Executivo, Legislativo e entidades da sociedade civil. Os contratos de concessões de canais só poderão ser revogados depois de decisão judicial apreciada pelo Congresso Nacional.

● **Empresa Nacional: —** O substitutivo mantém o texto do relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP), que define empresa nacional como a pessoa jurídica constituída e com sede no País, com o controle de domiciliados no Brasil, ou entidade de direito público interno. É criado o conceito de empresa brasileira de capital estrangeiro, conforme uma emenda do deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ).

● **Sistema de Governo: —** O relator acolheu a emenda do senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que propõe o parlamentarismo puro, onde o chefe de Estado é o presidente da República e o chefe de Governo, primeiro ministro, escolhido pela maioria do Congresso. Por essa proposta, o Congresso só poderá oferecer moção de censura ao primeiro-ministro após seis meses de sua posse. O primeiro-ministro cai com a maioria dos votos de censura e seu sucessor é eleito 48 horas depois por maioria absoluta.